

Disputa por mercado de energia tem queixa de abuso de poder

Disputa pelo mercado livre de energia gera até queixa de abuso de poder

Comercializadoras dizem que distribuidoras usam dado restrito para segurar consumidores

Alexa Salomão

ção anual. A disputa por novos clientes no mercado livre de energia, desde 1º de janeiro, elevou a temperatura acima do previsto entre as comercializadoras, empresas que disputam esse segmento de negócio. Comercializadoras independentes acusam congêneres ligadas a grupos com distribuidoras de atuar indevidamente para manter clientes. A queixa mais comum trata do uso da informação para fazer a migração rumo ao mercado livre, o consumidor precisa avisar com antecedência a sua saída para a distribuidora.

Quando faz a notificação para as novas empresas que estão migrando a partir deste ano costuma ser, inclusive, a própria comercializadora que vai atender esse consumidor no mercado livre, porque ela deve representá-lo no processo. Notificar a distribuidora não é uma opção, é obrigação prevista na regulação.

Algumas distribuidoras, porém, estariam avisando a sua comercializadora sobre a migração para que possa oferecer contrapartidas ao cliente. Assim, o consumidor pode até deixar a distribuidora, mas permaneceriam grupo como cliente da comercializadora. Advogados ouvidores pela Folha afirmam que, se comprovada, essa prática pode ser enquadrada como abuso de poder demarcado, inclusive, gerar questionamentos no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão que zela pela livre concorrência.

Existe também uma discussão sobre princípios da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). O entendimento é que distribuidoras devem manter e zelar por informações dos consumidores relacionadas a sua atividade. Não podem repassá-las para outra empresa do mesmo grupo. No entanto, os advogados avisam que isso dependerá do previsto no contrato de cada distribuidora.

A percepção geral, no entanto, é que o problema precisa ser enfrentado o quanto antes, com a criação de regras mais claras para evitar o pior no futuro. Agora, a queda de braços envolve a conquista de cerca de 200 mil negócios de médio porte que podem fazer a migração. Quanto à abertura do mercado livre chegar aos consumidores da baixa tensão, serão milhões de pequenas empresas e residências.

A troca de farpas entre concorrentes continuou até o clima na Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia). A entidade reúne comercializadoras de todos os matizes e tem de administrar ânimos de associados em campos opostos desse debate.

“O problema existe e estamos tratando dele, sem cerimônias, desde o final do ano passado”, afirma Rodrigo Ferreira, presidente da Abraceel. “Quando partilha a entidade de aderir a um estatuto, a um código de ética ou regimento interno. Se a gente perceber que alguém foi por um caminho que fere esses princípios, vamos tomar providências”.

Na tentativa de apurar as reclamações de forma mais organizada, a Abraceel chegou a lançar para os associados a campanha “Fale Aqui”, com o preenchimento de um formulário em que, de forma estruturada, podiam informar problemas na migração.

“Até para evitar fofoca exagero, a gente colocou uma condicionante na campanha: o associado só podia relatar casos concretos, e, para que

Concentração de mercado

Levantamento aponta que, em janeiro deste ano, boa parte de novos clientes de comercializadoras ligadas a distribuidoras estava na área de concessão do mesmo grupo

Grupo Equatorial

95% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Grupo Neoenergia

87% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Copel

78% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Grupo Energia

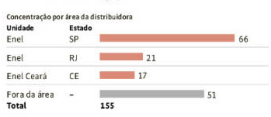
72% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Fonte: GreenAnt

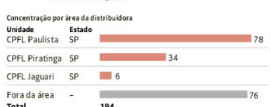
Grupo Enel

67% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Grupo CPFL

61% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Grupo EDP

42% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Cemig (MG)

38% do total dos novos clientes captados pela sua comercializadora estavam na área de concessão da distribuidora do grupo



Seja qual for o argumento, causou mal-estar entre os especialistas que o sigilo impedindo o escrutínio público de uma eventual concentração de mercado tenha ocorrido quando o debate esquentou. “Pessimista. Beira o autoritarismo. Isso não ajuda o desenvolvimento do setor. Essas informações são de interesse público, e a transparência da informação é a base de qualquer mercado desenvolvido”, afirma Ricardo Lima, há 44 anos no setor de energia, 3 deles como conselheiro na CCEE.

O risco de abuso de poder no mercado livre de energia foi identificado e tratado em outros países onde ele avançou. Em Portugal, a empresa que tem distribuição de energia só pode entrar na comercialização se criar outra marca. No Texas, nos Estados Unidos, foram impostas tantas condições, com monitoramento e penalidades rigorosas, que as empresas com distribuição simplesmente optaram por não participar do outro negócio.

Grupos afirmam preservar dados dos clientes

OUTRO LADO

Todas as empresas que responderam à Folha destacaram em nota que seguem rigorosamente a legislação de privacidade de dados, como previsto na regulamentação, e que distribuidoras e comercializadoras do grupo não compartilham informações para obter vantagens.

O grupo Equatorial destacou ainda que há um escopo de atuação nas suas áreas de atuação. “A estratégia de negócio de comercializadora do grupo trabalha prioritariamente nas áreas de distribuição do grupo com eventos, campanhas de marketing, entre outras ações, devido à força natural de vendas junto a clientes interessados em migrar para o mercado livre, bem como a familiaridade com a marca”.

A Neoenergia afirmou que o mercado está muito competitivo, o que impede concentração e disse não reconhecer o percentual do levantamento. “Em janeiro deste ano, do total de clientes que migraram para o mercado livre nas áreas de concessão das distribuidoras da Neoenergia, apenas 13% foram para a comercializadora do grupo, o que demonstra que há um ambiente competitivo para todos os agentes”, afirmou nota. A empresa disse que não apresentaria os números do seu levantamento por serem estatísticos.

A Copel reiterou que cumpre tanto a Lei Geral de Proteção de Dados quanto a resolução 1.000/2021, da Anel, que trata da preservação de dados de clientes. A Energia apresentou ainda dados mais amplos. “Dos consumidores das áreas de concessão do grupo que migraram para o mercado varejista, de janeiro a abril de 2024, cerca de 82% migraram para comercializadoras concorrentes, o que comprova que não há favorecimento”.

A Enel reforçou que alguns clientes de distribuição migraram para o mercado livre com sua comercializadora, mas afirmou que o movimento é o reconhecimento da solidez do grupo e da sua liderança na oferta de energia renovável.

Já a Cemig afirmou que é líder do mercado livre desde a sua criação e que oferece, inclusive, mecanismos para permitir maior transparência e agilidade no processo de migração dos clientes para o mercado livre de energia, independentemente da opção.

A CPFL Energia disse que seu braço de comercialização atua há mais de 20 anos de forma própria e independente e tem o reconhecimento dos clientes. A EDP não respondeu até a publicação deste texto.

um caso fosse concreto, seria preciso identificar todas as partes envolvidas. A comercializadora, a concessionária de distribuição e sobretudo qual é o consumidor, o que ocorre”, explica Ferreira.

Foram 208 notificações de 20 associados sobre diferentes problemas com a migração, 15 deles detalhando abuso de poder de mercado dentro dos critérios exigidos. Exemplo concreto relatado: um cliente mandou e-mail avisando que iria para o mercado livre, e o responsável na distribuidora respondeu, copiando o conteúdo de um colega da comercializadora do grupo dizendo que tinha como oferecer o mesmo serviço.

Os queixosos foram instruídos a se reportar formalmente à Superintendência de Fiscalização e Ouvidoria da Anel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que apura irregularidades.

Segundo Ferreira, a agência já está avaliando os casos, que correm em sigilo. Procurada, a Anel disse que processos envolvendo denúncias e suas apurações têm um rito, e não há como divulgar impressões

preliminares dessas análises. Dado que os relatos no setor são bem maiores que os captados no “Fale Aqui”, a Abraceel fará uma segunda fase para que a campanha possa recolher dados quantitativos. Os associados poderão relatar problemas, mas sem o nível de detalhamento anterior.

O tema também foi levado à Abraceel (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica). “Nos já tratamos desse tema com os nossos associados e alertamos que, se tem alguém adotando essa prática, ela não é adequada”, afirmou Marcos Madureira, presidente da Abraceel.

Empresário Pedro Bittencourt, presidente da GreenAnt, empresa de gestão de

energia, tentou fazer o tira-teima. Pixou dados das comercializadoras, incluindo as de grandes grupos, consolidados pela CCEE (Câmara de Compensação de Energia Elétrica). Conseguiu um panorama inicial sobre janeiro, que sinaliza a atividade do mercado na largada da disputa.

A comercializadora da Equatorial, por exemplo, aparece com a captação de 258 unidades de consumo —244, o equivalente a 95% delas, estavam nas áreas em que atuam as distribuidoras do grupo.

No caso da Neoenergia, foram 82 novas unidades. Dessas, 71, ou 87%, nas áreas de concessão de suas distribuidoras. Na Copel, 78% das novas unidades estão na sua área

de concessão. Em relação à comercializadora da Energia, essa proporção foi de 72%, Enel, 67%, CPFL, 64%, EDP, 42%, Cemig, 38%.

“Uma concentração iria no sentido oposto do que se propõe: a abertura de mercado busca a diversificação”, explica Bittencourt, que conhece o mercado livre no Reino Unido, na Austrália e Nova Zelândia. Como um único mês não é suficiente para retratar o mercado, a proposta de Bittencourt era seguir com o levantamento por alguns meses, mas a CCEE suspendeu a divulgação das informações.

A entidade explicou à Folha, em nota, que está seguindo o artigo 16-A da resolução normativa Anel nº 1.081/21, segundo o qual o compartilhamento de informações individualizadas dos consumidores só deve ocorrer com a autorização deles. A entidade disse que haverá nova consulta pública sobre tema, quando a discussão puder ser retomada.

Assessoria da Anel explicou que a resolução não determina o sigilo total dos dados, mas a consulta prévia aos consumidores sobre o seu uso.

“O problema existe e estamos tratando dele, sem cerimônias, desde o final do ano passado”

Rodrigo Ferreira presidente da Abraceel (Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: P Pagina: 1